



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**MINAS GERAIS
2011**



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 2.546/2010.

Minas Gerais
2011



Lista de Abreviações e Siglas

CGU – Controladoria-Geral da União

DN – Decisão Normativa

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

RG – Relatório de Gestão

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SETEC – Setor Técnico-Científico

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

COR/SR/DPF/MG – Corregedoria Regional de Polícia Federal em Minas Gerais

SISCART – Sistema de Controle de Atividades Cartorárias

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/MG – Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais

SRH – Setor de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

GAB/SR – Gabinete da Superintendência

CPL – Comissão Permanente de Licitação

GTED – Grupo Técnico de Edificações



Lista de Tabelas e Declarações

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro I - Identificação.....	12
Quadro II.A - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	16
Quadro II.B - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	18
Quadro II.C - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	19
Quadro II.D - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	20
Quadro III – Execução física das ações realizadas pela Unidade.....	21
Quadro IV - Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da Unidade.....	22
Quadro V – Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	23
Quadro VI – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	25
Quadro VII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	27
Quadro IX – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	28
Quadro X - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010.....	29
Quadro XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	31
Quadro XII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....	32
Quadro XIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010.....	33
Quadro XIV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	33
Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários.....	34
Quadro XVI - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	35
Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	37
Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	38
Quadro XIX - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	39
Quadro XX – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	43
Quadro XXI – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	46
Quadro XXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	50
Quadro XXIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	51
Quadro XXIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	52
Quadro XXV – Gestão de TI da UJ.....	54



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XXVI – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	57
Quadro XXVII – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	58



Sumário

Lista de Abreviações e Siglas.....	4
Lista de Tabelas e Declarações.....	5
ORGANOGRAMA.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	12
1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO.....	12
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	14
3. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	14
3.1.1. Competência Institucional.....	14
3.1.2. Objetivos Estratégicos.....	15
4. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	15
4.1.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	15
4.1.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	16
5. PROGRAMAS de governo SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	16
5.1.1. Execução dos programas de Governo sob responsabilidade da UJ.....	16
5.1.2. Execução física das ações realizadas pela UJ.....	21
6. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO.....	22
6.1.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	22
6.1.2. Execução Orçamentária das Despesas.....	24
6.1.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	24
6.1.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	26
6.1.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	27
6.1.3. Indicadores Institucionais.....	27
6.1.3.1. Indicadores de Desempenho	27

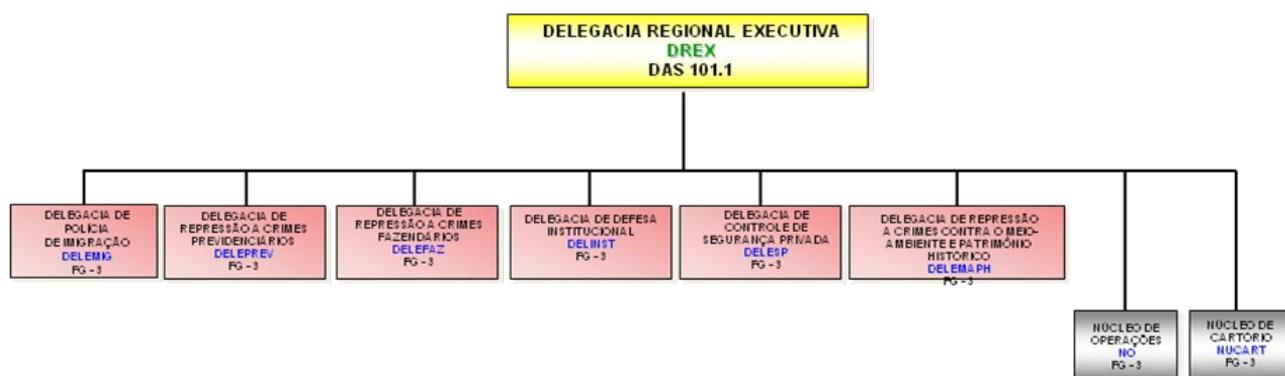
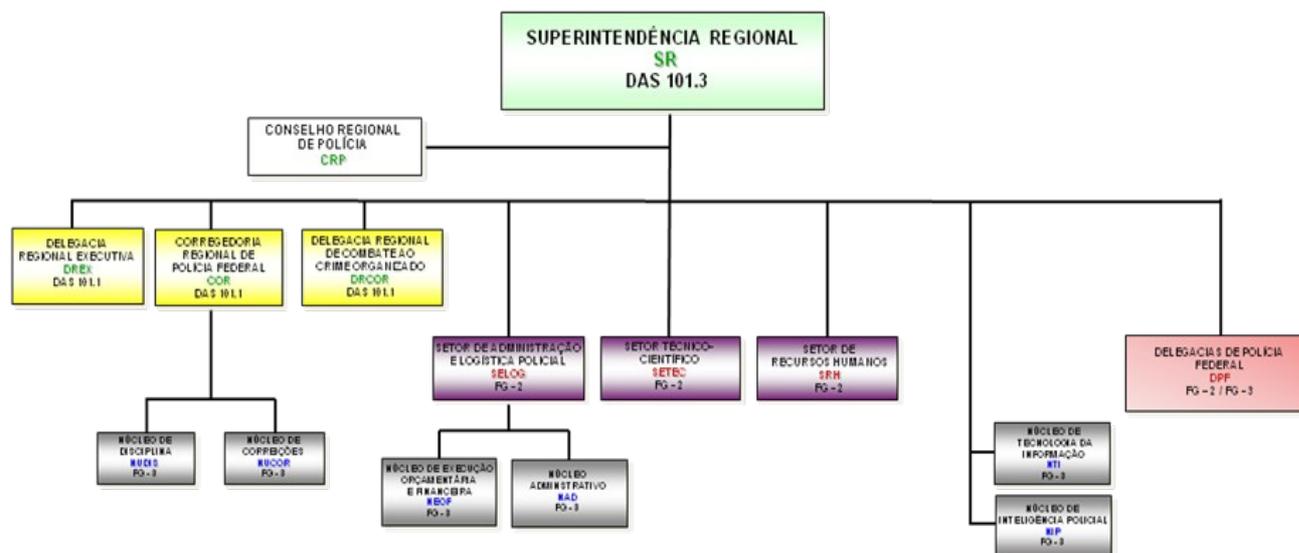


DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

6.1.3.2. Análise do Desempenho	27
7. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	28
8. Informações sobre recursos humanos da unidade.....	29
9. Indicadores Gerenciais de Rh.....	41
10. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no SIASG e no SICONV	42
11. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	42
12. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	43
13. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	46
14. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	50
15. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	54
16. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	57
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.....	58
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	59
18. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	59
ANEXO I.....	60
ANEXO II.....	61



ORGANOGRAMA





INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado de forma seqüencial, segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores, informações sobre os recursos humanos, informações sobre critérios ambientais de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços, informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário, informações sobre a gestão de tecnologia da informação, informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes às transferências de recursos mediante convênio e à renúncia tributária não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, uma vez que os mesmos são de responsabilidade do Órgão Central em Brasília. Os itens: a) reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; b) informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU e c) informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno – CGU não tiveram ocorrências no período.

No exercício de 2010 não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatório de auditoria da CGU nem recomendações realizadas pela unidade de controle interno.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais está estruturada em oito (8) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por sete (07) Delegacias de Polícia Federal localizadas nas cidades de Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Varginha.

Compõe a estrutura da Superintendência Regional na sede, dez (10) Delegacias Especializadas e um (01) Grupo especializado, quais sejam: Delegacia de Controle de Segurança Privada; Delegacia de Defesa Institucional; Delegacia de Polícia de Imigração; Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva**; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio; Delegacia de Repressão a Entorpecentes; Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, além do Grupo de Repressão a Crimes Financeiros, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**. Conta ainda com três (4) Núcleos, quais sejam: Núcleo de Tecnologia da Informação; Núcleo de Inteligência Policial; Núcleo de Recursos Humanos, Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira e dois (02) setores denominados Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: é o terceiro estado da federação do ponto de vista econômico; faz divisa com os Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro; possui a maior malha viária do país, sendo rota de tráfico ilícito de entorpecentes, mercadorias contrabandeadas, além de palco do crime de exploração sexual infantil; possui 853 municípios que recebem repasses de verbas pela União e pelo próprio Estado; possui inúmeras cidades históricas, algumas tombadas pelo Patrimônio Histórico da União como, por exemplo, Diamantina e Ouro Preto, que possuem vasto acervo de obras sacras, móveis, utensílios e documentos de grande valor



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

histórico e cultural; possui considerável quantidade de nascentes de água, é cortado por vários rios e ainda mantém muitas áreas de preservação ambiental, esta Superintendência Regional termina por concentrar seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, que são o tráfico de drogas e entorpecentes, o contrabando e o descaminho, a exploração sexual infantil e pedofilia, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais, crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu principal instrumento. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas.

No ano de 2010, a SR realizou mais de sessenta (60) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 387 (trezentos e oitenta e sete) mandados de busca e apreensão e mais de 286 (duzentos e oitenta e seis) prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 2.080 (dois mil e oitenta) Inquéritos Policiais, concluídos 2.542 (dois mil quinhentos e quarenta e dois), e ficaram em aberto (em andamento) 4.698 (quatro mil, seiscentos e noventa e oito) inquéritos.

Considerando que em 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência teve como meta para o exercício priorizar a área de defesa institucional, o combate aos crimes eleitorais e os desvios de dinheiro público. Também foram priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e aos crimes financeiros.



PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro I - Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG)			
Código SIORG: 1145	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200350
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3330-5200	(031) 3330-5201	(031) 3330-5223
Endereço eletrônico: gab.srmg@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Nascimento Gurgel, 30, Gutierrez, CEP 30.441-170, Belo Horizonte/MG			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR;DPF;MG Portaria 078, de 12.03.65 – Cria a Sub Delegacia Regional Decreto Lei 908, de 01.10.69 – Transforma em Delegacia Regional Decreto 70.665;72, de 02.06.72 - Transforma em Superintendência Regional FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005. - Decreto 77.649, de 19.05.76			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200350	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais		
200351	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/MG		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200350	00001
200351	00001

Observação: As Unidades Gestoras denominadas Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) executam recursos específicos oriundos, dentre outras origens, de multas de Segurança Privada, de taxas de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de taxas de Migração. São despesas destinadas, principalmente, ao pagamento de diárias aos servidores em missões policiais em todo o território nacional. Essas informações sobre a gestão das unidades FUNAPOL, também serão incluídas (consolidadas) nos demonstrativos do Relatório de Gestão da SR/DPF/MG, conforme a Decisão Normativa – TCU nº 107, de 27.10.2010.



2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

3.1.1. Competência Institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº 6.378/1944, que faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados da Federação pelas Superintendências Regionais, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras. A Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/DPF/MG) possui circunscrição em todo o território do Estado de Minas Gerais.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos de segurança pública incumbida de atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, devendo *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a SR/DPF/MG exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos,



viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência Regional e das Unidades Descentralizadas.

3.1.2. Objetivos Estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem como a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência de Minas Gerais atuou e atua no combate ao crime organizado, com ênfase em crimes como lavagem de dinheiro, contrabando, estelionato, tráfico de drogas, pedofilia e corrupção. Além disso, a SR de Minas priorizou a melhoria no atendimento ao público externo com a transferência das atividades de emissão de passaportes e carteiras de estrangeiros, registro de armas, fiscalização de produtos químicos controlados, atendimento aos estrangeiros e fiscalização da área de segurança privada para outra unidade localizada em um shopping de Belo Horizonte. Paralelamente, a administração realizou melhorias internas que viabilizaram melhora significativa no atendimento ao público interno da unidade, que se encontrava carente de salas adequadas, mobiliários e equipamentos modernos para o bom andamento dos trabalhos.

4. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, no exercício de 2010, a atuação da Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de Minas Gerais priorizou as operações de combate ao crime organizado, tais como tráfico de drogas, contrabando, improbidade administrativa e corrupção, seguindo as orientações da Direção Geral, com a orientação das diretorias e coordenações afetas às várias áreas de atuação da Polícia Federal.

4.1.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O plano Estratégico está sendo seguido e gerando benefícios de orientar os trabalhos da SR/DPF/MG em todas as suas áreas de atuação, tornando mais eficiente a utilização dos recursos disponíveis.



4.1.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

O plano de ação está sendo seguido, com pequenas mudanças, tendo em vista as peculiaridades da Unidade, suas limitações internas, insuficiência de recursos e carência de pessoal.

5. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade compartilhada da SR/DPF/MG será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SR/DPF/MG e Execução Física das ações realizadas. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

5.1.1. Execução dos programas de Governo sob responsabilidade da UJ

O demonstrativo “Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ”, apresentado no quadro abaixo, está composto por três (3) conjuntos de informação, a saber: Identificação do Programa de Governo, Informações orçamentárias e financeiras do Programa e Informações sobre os resultados alcançados, que se descrevem a seguir.

Quadro II.A - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade.			
Tipo do Programa: Finalístico.					
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça.					
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União.					
Gerente: Não informado.			Responsável: Departamento de Polícia Federal.		
Público Alvo: Sociedade.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	5.327.989,37	4.989.719,58	338.269,79	4.989.719,58
Informações sobre os resultados alcançados					
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência		Índice	Índice



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	75,00	110,00

Fórmula de Cálculo do Índice

Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.

Análise do Resultado Alcançado

Este índice quanto menor, melhor, pois indica a quantidade média de dias para a conclusão de um inquérito desde a sua instauração até a conclusão. No caso da Superintendência Regional de Minas Gerais, conforme se verifica, o índice apresenta-se acima do exigido no PPA. Este fato se justifica em razão do alto volume de trabalho nesta SR em relação à média nacional do DPF, considerando que o índice definido como meta no PPA refere-se ao DPF como um todo e o índice atingido apenas ao Estado de Minas Gerais. O prazo de 110 dias inclui o tempo de permanência dos inquéritos na Justiça Federal e no Ministério Público Federal.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	70,00	113,29

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.

Análise do Resultado Alcançado

Conforme se verifica, conseguiu-se atingir índices melhores que o exigido PPA, devido a melhoria nos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2010 foram instaurados 2.080 inquéritos e relatados 2.542, o que permitiu um índice maior que 100, objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.

O prazo médio de conclusão de inquérito foi informado pela Corregedoria Regional da Polícia Federal em MG, em razão da média de tempo de uma amostragem de 90 processos de um total de 2.080 inquéritos instaurados em 2010. Os dados referentes a quantidade de inquéritos são provenientes de cada uma das 07 delegacias descentralizadas e especializadas, informados por ocasião da elaboração do Relatório Anual de Atividades da Superintendência Regional de 2010.

O programa de trabalho supra é gerenciado pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal, sendo que esta Superintendência participa da gestão dos recursos de forma parcial.

Fonte: SIGPLAN, SIAFI, SISCART, COR/SR/DPF/MG e Delegacias



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro II.B - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: -			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	587.928,00	422.972,29	164.955,71	422.972,29	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador para o DPF.	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
O programa de trabalho supra é gerenciado pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal, sendo que esta Superintendência participa da gestão dos recursos de forma parcial.						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro II.C - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Não informado.						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: Não informado			Responsável: -			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	15.227.237,00	13.065.112,51	2.162.124,49	13.065.112,51	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador (es).	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
O programa de trabalho supra é gerenciado pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal, sendo que esta Superintendência participa da gestão dos recursos de forma parcial.						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro II.D - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: -						
Objetivo Geral: -						
Objetivos Específicos: -						
Gerente: -			Responsável: -			
Público Alvo: -						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	55.479,62	55.479,62	0,00	55.479,62	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador para o DPF.	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
O programa de trabalho supra é gerenciado pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal, sendo que esta Superintendência participa da gestão dos recursos de forma parcial.						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI

*As informações de dotação não se aplicam a Unidade Gestora, pois a previsão orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, no Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.



5.1.2. Execução física das ações realizadas pela UJ

Neste demonstrativo estão relacionadas às ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de 2010 que foram objeto da gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhada da LOA, conforme se descreve no quadro a seguir.

Quadro III – Execução física das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3	Operação Realizada	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8879	P	3	% de Execução Física	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8980	P	3	% de Execução Física	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	0750	2000	A	3	Não Há	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	125 - Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA
09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	0089	0181	A	3	-	NA	NA	NA
04 - Administração	422 - Direitos individuais coletivos e difusos	0665	8236	A	3	% de Execução Física	NA	NA	NA
06 - Segurança Pública	422 - Direitos individuais coletivos e difusos	1453	8375	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

Cumprimento das metas físicas: Estas metas serão analisadas no relatório nacional emitido pelo Departamento de Polícia Federal, uma vez que a Superintendência em Minas Gerais não tem metas físicas a serem alcançadas.



6. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

6.1.1. Programação Orçamentária das Despesas

Quadro IV - Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da Unidade

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta, em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Minas Gerais também executou recursos do programa de modernização da Polícia Federal, com a reforma da SR/DPF/MG, inauguração das novas instalações da Delegacia de Varginha e construção de uma nova base de inteligência na Delegacia de Uberlândia/MG.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos diretamente administrados pela SR, abrange a gestão da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerado a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro V – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concede nte ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	06122075020000001	-	-	14.644.221,76
	Recebidos	200336	09272008901810001	55.479,62	-	-
	Recebidos	200336	PTRES 3010B	-	-	84.531,57
	Recebidos	200336	PTRES 3001	-	-	135.300,00
	Recebidos	200336	06122075020000001	-	-	356.270,49
	Recebidos	200337	06181066227260001	-	-	4.381.082,86
	Recebidos	200337	06183066227200001	-	-	430.760,47
	Recebidos	200337	06125066226790001	-	-	71.245,08
	Recebidos	200337	06128066245720001	-	-	72.381,80
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concede nte ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200336	06122075020000001	128.287,23	-	-
	Recebidos	200336	06122075020000001	8.295,16	-	-
	Recebidos	200337	06183066227200001	13.607,25	-	-
	Recebidos	200337	06125066226790001	358.911,91	-	-
	Recebidos	200337	04422066582360001	1.024.447,64	-	-
	Recebidos	200337	06181135389790001	400.427,23	-	-
	Recebidos	200337	06181135389800001	187.500,77	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

Os créditos orçamentários foram integralmente repassados e aplicados de acordo com a programação anual. Os valores foram utilizados para pagamento de despesas de custeio e de diárias/passagens de servidores em serviços fora da sede.

6.1.2. Execução Orçamentária das Despesas

6.1.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

O quadro abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação, contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Liquidada e a Despesa Paga, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro VI – Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação	8.393.936,48	9.299.363,72	8.384.724,61	9.299.363,72
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	279.040,17	104.242,86	279.040,17	104.242,86
Concorrência	242.217,76	-	242.217,76	-
Pregão	7.872.678,55	9.195.120,86	7.863.466,68	9.195.120,86
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.035.485,06	3.379.265,39	1.134.929,04	3.379.011,44
Dispensa	433.488,37	1.587.647,01	433.488,37	1.587.647,01
Inexigibilidade	601.996,69	1.791.618,38	601.440,67	1.791.364,43
Regime de Execução Especial	415.678,04	426.344,67	415.678,04	426.344,67
Suprimento de Fundos	415.678,04	426.344,67	415.678,04	426.344,67
Pagamento de Pessoal	3.822.353,70	4.750.912,13	3.755.780,78	4.750.912,13
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	3.822.353,70	4.750.912,13	3.755.780,78	4.750.912,13
Outros	-	-	-	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL



6.1.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro VII - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal*	65.729,81	55.479,62	65.729,81	55.479,62	-	-	65.729,81	55.479,62
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	65.729,81	23.758,16	65.729,81	23.758,16	-	-	65.729,81	23.758,16
91 – SENTENÇAS JUDICIAIS	-	2.552,72	-	2.552,72	-	-	-	2.552,72
92 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	29.168,74	-	29.168,74	-	-	-	29.168,74
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	15.394.221,61	20.046.124,82	13.738.134,23	17.937.297,79	1.682.404,81	2.108.827,03	13.701.250,97	17.937.043,84
14 - diárias - pessoal civil	3.806.621,09	4.750.912,13	3.756.039,73	4.750.912,13	50.581,36	-	3.755.780,78	4.750.912,13
30 - material de consumo	1.642.430,14	1.679.608,93	1.445.631,11	1.314.195,21	196.799,03	365.413,72	1.445.631,11	1.314.195,21
33 - passagens e despesas com locomoção	482.936,18	388.060,02	458.677,04	351.090,83	24.259,14	36.969,19	458.677,04	351.090,83
36 - outros serviços de terceiros - pessoa física	190.026,29	299.001,46	173.426,27	275.105,20	16.600,02	23.896,26	173.426,27	275.105,20
37 - locação de mão-de-obra	3.955.101,25	4.620.317,08	3.376.009,62	4.128.257,51	579.091,63	492.059,57	3.375.652,27	4.128.257,51
39 - outros serviços de terceiros-pessoa jurídica - op.int.orc.	4.496.601,19	7.173.225,74	3.807.787,34	5.988.673,71	688.813,85	1.184.552,03	3.797.837,81	5.988.419,76
47 - obrig.tribut.e contrib-op.intra-orçamentárias	52.781,85	28.778,09	39.549,64	26.716,33	39.549,64	2.061,76	13.232,21	26.716,33
92 - despesas de exercícios anteriores	208.209,50	537.503,83	191.961,60	537.503,83	16.247,90	-	191.961,60	537.503,83
93 - indenizações e restituições	559.514,12	568.717,54	489.051,88	564.843,04	70.462,24	3.874,50	489.051,88	564.843,04

*As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.



6.1.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro VIII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	1.555.444,95	2.121.477,19	557.121,69	622.204,39	998.323,26	1.499.272,80	557.121,69	622.204,39
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	875.113,55	1.737.016,56	279.040,17	504.670,09	596.073,38	1.232.346,47	279.040,17	504.670,09
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	610.381,20	384.460,63	208.131,32	117.534,30	402.249,88	266.926,33	208.131,32	117.534,30
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	69.950,20	-	69.950,20	-	-	-	69.950,20	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

6.1.3. Indicadores Institucionais

6.1.3.1. Indicadores de Desempenho

É usada como referência a relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais e o total de inquéritos policiais instaurados. Devido ao acúmulo de investigações sem conclusão em anos passados, havia um grande estoque de investigações em andamento. No exercício de 2010 houve uma diminuição do prazo médio para a conclusão das investigações, tendo sido maior o número de procedimentos concluídos do que os efetivamente instaurados.

6.1.3.2. Análise do Desempenho

No exercício de 2010, foi diminuído o número de inquéritos policiais em andamento, com o aumento do número de investigações concluídas em relação às instauradas. Além disso, as operações de combate ao crime organizado aumentaram e, junto a isso, o número de prisões e envio de investigações ao Poder Judiciário.



7. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro IX – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	10.565,83	(258,95)	1.106,07	9.200,81
2008	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	2.595.676,04	(479.857,18)	1.887.890,94	227.927,92
2008	-	(6.733,64)	-	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

Houve um aumento sensível no saldo de restos a pagar em 31/12/2010, pois as liberações de repasses orçamentários/recursos financeiros foram muito concentradas no final do ano, impossibilitando a liquidação de tais despesas antes do final do exercício.



8. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

Quadro X - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	697	694	73	28
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	697	694	-	03
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	697	693	-	03
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	01	01	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	03	03	73	25
1.4.1 Cedidos	-	-	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	73	24
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	03	03	-	01
2 Provimento de cargo em comissão	31	31	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	04	04	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	04	04	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	27	27	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	27	27	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	729	729	73	28



--	--	--	--	--

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

1. A SR/DPF/MG, em 31/12/2010, possuía um total de 729 servidores em seu quadro de pessoal e todos ocupantes de cargo efetivo; Deste total, apenas 01 servidor não pertence a carreira vinculada do órgão, encontrando-se lotado com exercício provisório;
2. Dos 729 servidores, 0,55% ocupam cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS, 3,70% ocupam funções gratificadas – FG's, e os demais 95,75% ocupam cargos de carreiras vinculadas ao órgão; Todas as vagas de provimento de cargo de comissão encontravam-se ocupadas em 31/12/2010 e a informação prestada não considerou as movimentações eventualmente ocorridas entre seus titulares durante o ano;
3. Em 31/12/2010 havia 03 servidores em Licença sem Remuneração - Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sendo que apenas 01 servidor iniciou sua licença no exercício de 2010; Não havia servidores em Licença Remunerada – Licença para Acompanhar Pessoa da Família (menor ou igual a 60 dias) ou em Licença Capacitação;
4. Ocorreram, no exercício de 2010, 73 entradas de servidores oriundos de outras unidades do DPF e 24 saídas de servidores para outras unidades do DPF, através de remoções;
5. Ocorreram 03 saídas de servidores de carreira por motivo de vacância.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	31	335	260	96	07
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	31	321	244	95	07
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2.Provimento de cargo em comissão	-	14	16	01	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	1	1	-
2.3. Funções gratificadas	-	12	15	-	-

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

1. A SR/DPF/MG, de um total de 729 servidores, possui 0,55% ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS, e 3,70% ocupantes de funções gratificadas – FGs. Os demais 95,75% não possuem cargos em comissão. Todos servidores possuem cargos efetivos.
2. Do total de servidores, 4,25% encontram-se na faixa etária até 30 anos, 45,95% na de 31 a 40 anos, 35,67% na de 41 a 50 anos, 13,17% na de 51 a 60 anos e apenas 0,96 na faixa de maior de 60 anos. Ou seja, a faixa etária preponderante é a de 31 a 40 anos.
3. Dentre os ocupantes de cargos DAS e funções gratificadas, 96,77% encontra-se na faixa etária de 31 a 50 anos, sendo a faixa preponderante a de 41 a 50 anos com 51,61%, em segundo lugar, a de 31 a 40 anos com 45,16%, e, em terceiro lugar, a de 51 a 60 anos com 3,23%.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XII - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	2	85	611	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	2	85	611	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	30	01	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	04	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	26	01	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

Do relatório extraído do SIAPE, via DW, foram excluídos os aposentados e removidos em 2010. O nível de escolaridade segundo grau e superior pode não corresponder à realidade, uma vez que os servidores não solicitam a atualização quando realizam cursos de graduação, especialização, mestrado ou doutorado.



Quadro XIII - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	246	15
1.1 Voluntária	238	13
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	08	02
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	10	-
2.1 Voluntária	03	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	07	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

1. As aposentadorias voluntárias somam 94,14% e as por invalidez 5,85%;
2. As aposentadorias integrais somam 96,09% e as aposentadorias proporcionais somam 3,91%.

Quadro XIV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	*	*
2. Proporcional	*	*

Fonte: SRH, SIAPE

- Informação prestada pela sede do DPF por tratar-se de área centralizada.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XV - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	15	16	20	17	101.478,21
• Área Fim	13	14	16	14	82.632,26
• Área Meio	02	02	04	03	18.845,95
Nível Médio	-	-	-	-	-
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

A SR/DPF/MG somente possui estagiários de nível superior. O custo total do exercício foi obtido pela soma mensal da conta-contábil 3.3390.36.07. O custo por área foi obtido pela média anual de participação de estagiários da área fim (14,25) e meio (3,25), sendo 81,42% para a área fim e 18,57% para a área meio.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XVI - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	80.158.044,23	0	10.829.082,86	3.122.960,10	1.717.644,38	736.495,19	2.738.292,90	97.584.875,28
2009	87.708.382,47	0	1.1657.876,22	2.943.919,15	3.986.162,12	948.167,40	2.722.529,42	105.980.874,66
2010	90.863.541,68	0	11.781.267,00	3.014.945,39	5.162.696,01	1.282.714,36	3.823.729,07	110.766.197,50
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	777.987,20	61.586,96	103.001,12	13.678,60	57.227,12	47.288,84	7.862,20	1.011.404,92
2009	925.395,00	77.901,38	117.558,21	47.793,03	26.412,36	26.906,50	14.044,21	1.209.598,33
2010	927.060,31	78.037,83	159.118,06	80.287,84	27.856,88	2.540,00	19.771,18	1.266.815,22
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	5.913.785,02	102.148,95	812.136,98	319.362,98	113.424,12	77.409,60	157.552,00	7.382.395,53



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2009	5.283.820,22	91.975,93	692.573,77	256.918,00	136.132,12	72.711,19	86.287,14	6.484.286,25
2010	5.298.573,06	90.267,03	714.782,78	288.370,94	191.267,07	151.375,77	177.817,18	6.721.186,76

Fonte: SRH, SIAPE

Considerações:

1. As informações foram extraídas do sistema SIAPE através do DW e considerou somente o Grupo de Despesas Correntes. As informações referentes aos servidores ocupantes de cargo em comissão considerou todos os servidores que foram chefes durante o exercício, independente do servidor ter ocupado estes cargos na SR/DPF/MG ou em outra Superintendência do DPF, ou mesmo que tenha deixado o cargo ao longo do exercício;
2. A coluna *Adicionais* considerou as contas-contábeis: 3.3.1.9.0.11.04, 3.3.1.9.0.11.09, 3.3.1.9.0.11.42, 3.3.1.9.0.11.45 e 3.3.1.9.0.97.27;
3. A coluna *Benefícios Assistenciais e Previdenciários* considerou as contas- contábeis: 3.3.1.9.0.11.07, 3.3.1.9.0.92.01 e 3.3.9.0.93.08;
4. A coluna *Demais Despesas Variáveis* considerou as contas-contábeis: 3.3.1.9.0.92.01, 3.3.1.9.0.92.17, 3.3.3.9.0.08.55, 3.3.3.9.0.46.01, 3.3.1.9.0.11.46, 3.3.1.9.0.91.27, 3.3.3.9.0.49.01, 3.3.1.9.0.08.05 e 3.3.3.9.0.92.08;
5. A coluna *Gratificações* considerou as contas- contábeis: 3.3.1.9.0.11.43 e 3.3.1.9.0.92.01;
6. A coluna *Retribuições* considerou as contas- contábeis: 3.3.1.9.0.11.33, 3.3.1.9.0.16.32 e 3.3.1.9.0.11.33;
7. A coluna *Vencimentos e Vantagens Fixas* considerou as contas- contábeis: 3.3.1.9.0.11.01, 3.3.1.9.0.11.28, 3.3.1.9.0.11.31, 3.3.1.9.0.11.87, 3.3.1.9.0.11.05, 3.3.1.9.0.11.37 e 3.3.1.9.0.91.32.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350/0001							CNPJ: 00.394.494/0029-37						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	035/2010	05.891.583/001-01	01/12/2010	30/11/2011			70	70			P
2010	L	O	001/2010	97.481.220/001-16	01/02/2010	31/01/2012	49	48					P
2005	L	O	11/2005	97.382.477/001-10	01/05/2007	31/01/2010	35	35					E
2009	V	O	003/2009	06.244.084/001-95	01/02/2009	30/06/2010			32	32			E
2010	V	E	023/2010	05.891.583/001-01	01/07/2010	30/11/2010			70	70			E
Observação:													
LEGENDA													
<p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: SELOG



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado de Minas Gerais													
UG/Gestão: 200350/0001							CNPJ: 00.394.494/0029-37						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	040/2007	20.525.093/00 01-85	01/01/2 008	31/12/2 011			16	16			P
2007	2	O	006/2008	20.525.093/00 01-85	11/03/2 008	31/12/2 010	12	12					E
2008	1	O	036/2008	04.552.404/00 01-49	21/11/2 008	31/12/2 011			76	76			P
2009	1	O	032/2009	38.056.404/00 01-70	05/10/2 009	04/10/2 011			10	10			P
2010	7	O	003/2010	07.863.504/00 01-84	01/02/2 010	30/06/2 010	2	2					E
2010	7	O	024/2010	05.296.914/00 01-65	01/07/2 010	30/06/2 011	2	2					A
2010	7	O	025/2010	07.564.344/00 01-72	02/08/2 010	01/08/2 011	3	3					A
2010	7	O	026/2010	10.704.092/00 01-44	02/08/2 010	01/08/2 011	1	1					A
2010	3	O	002/2010	09.196.147/00 01-73	01/01/2 010	31/12/2 011	1	1					P
2010	1	O	004/2010	20.525.093/00 01-85	01/01/2 010	31/12/2 011			76	70			P
2010	4	O	039/2010	07.564.344/00 01-72	10/01/2 011	09/01/2 012	1	1					A
2010	2	O	040/2010	97.481.220/00 01-16	10/01/2 011	09/01/2 012			13	13			A
Observação:													
LEGENDA													
Área:													



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG

Quadro XIX - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
040/2007	1	4	Superintendência Regional
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
040/2007	1	2	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
036/2008	1	28	Superintendência Regional – Shopping Plaza Anchieta
036/2008	1	06	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
036/2008	1	04	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
036/2008	1	04	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
036/2008	1	04	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
036/2008	1	04	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
036/2008	1	06	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
036/2008	1	04	Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis
036/2008	1	16	Superintendência Regional – Aeroporto de Confins
040/2010	2	06	Superintendência Regional
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
040/2010	2	1	Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis
032/2009	1	4	Superintendência Regional
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
032/2009	1	1	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
039/2010	4	1	Superintendência Regional
024/2010	7	2	Superintendência Regional
025/2010	7	3	Superintendência Regional
026/2010	7	1	Superintendência Regional
002/2010	3	1	Superintendência Regional
004/2010	1	56	Superintendência Regional
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
004/2010	1	6	Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis
004/2010	1	2	Superintendência Regional – Aeroporto de Confins
001/2010	L	25	Superintendência Regional
001/2010	L	4	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
001/2010	L	4	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
001/2010	L	2	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
001/2010	L	3	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
001/2010	L	3	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
001/2010	L	4	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
001/2010	L	3	Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

035/2010	V	26	Superintendência Regional
035/2010	V	4	Delegacia de Polícia Federal de Uberlândia
035/2010	V	4	Delegacia de Polícia Federal de Uberaba
035/2010	V	8	Delegacia de Polícia Federal de Varginha
035/2010	V	4	Delegacia de Polícia Federal de Montes Claros
035/2010	V	12	Delegacia de Polícia Federal de Juiz de Fora
035/2010	V	4	Delegacia de Polícia Federal de Governador Valadares
035/2010	V	8	Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: SELOG

9. Indicadores Gerenciais de Rh

Não há indicadores gerenciais de recursos humanos atualmente estruturados, em nível de órgão e nem em nível local. A polícia federal já realizou duas pesquisas sobre clima organizacional nos anos de 2007 e 2009. Existe projeto de implantação da gestão por competência e a criação de um sistema informatizado que dará suporte ao projeto. A partir da implantação da gestão por competência, serão criados os indicadores gerenciais sobre recursos humanos no órgão.



10. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV

Vide ANEXO I

11. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Vide ANEXO II



12. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

A informação está estruturada conforme o quadro abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro XX – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: O sistema de controle interno na Unidade é realizado pelo trabalho de conformidade contábil e de gestão. Existem 02 (dois) servidores responsáveis por este trabalho, em caráter de exclusividade, com monitoramento permanente das atividades financeiras e de gestão da Superintendência. As inconsistências encontradas são remetidas ao dirigente regional para subsidiar decisões e apurar eventuais responsabilidades. A instrução normativa nº 043/2010 – DG/DPF de 23/12/2010 define os procedimentos para a instituição da Unidade de Controle Interno – UCI no âmbito das Superintendências da Polícia Federal. Tal Unidade englobaria as atividades de conformidade, além de gerenciar e divulgar as informações financeiras e de gestão em toda Unidade.					
LEGENDA					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
<p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

FONTE: SELOG, GAB/SR



13. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Quadro XXI – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • No pregão 014/2010 foi solicitado ao setor requisitante que as especificações atendessem às questões de sustentabilidade. O Projeto Básico da Tomada de Preços 002/2010 foi feita com base na IN nº 01/2010.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). Prejudicada: O fornecimento dos produtos de limpeza é feito pela empresa contratada para a prestação dos serviços de limpeza e conservação.	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Não foi realizada nenhuma licitação onde foi exigida a certificação (ISO). Esta questão deve ser muito bem analisada, haja vista a existência de entendimento no TCU, conforme segue transcrito abaixo nas <i>Considerações Gerais</i>, contrário à exigência de documento de certificação para fins de habilitação.	X				



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none">A SRMG tem realizado a compra de torneiras automáticas para substituição das atuais nas instalações sanitárias das edificações, principalmente nas de atendimento ao público, onde o consumo é maior. Como premissa básica, todo projeto novo de reforma, ampliação ou construção tem como atendimento na parte hidro-sanitária a utilização dessas torneiras, que representam um custo inicial maior, mas apresentam uma economia de água muito grande. O impacto da utilização desse tipo de torneira é de 40%, já visualizado nas contas. Outro ponto fundamental foi a implantação de rede automática de irrigação nos jardins da SRMG que tem total aproveitamento da água utilizada, com uma melhor distribuição, evitando o encharcamento do solo e o gasto exagerado. Isso gerou uma economia de 60% em relação ao sistema manual. Além da parte hidráulica, a SRMG tem promovido esforços para a economia de energia. Entre outros aspectos, realizou substituição total de lâmpadas e reatores com voltagem de 40w para lâmpadas de 32w, com luminárias com refletores internos que reirradiam a luz produzida 3 vezes, aumentando a eficiência de iluminação das salas. Isso representou uma economia de quase 50% de eletricidade, podendo a SRMG se enquadrar no sistema de TARIFA VERDE que reduz o custo total da conta de energia elétrica com a CEMIG.					X
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none">Foi adquirido papel A4 reciclado.					X
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none">A SR/MG não adquiriu veículos automotores no último exercício.	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none">Não foram realizadas licitações para a aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou carga).	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>				X	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p> <p>Conforme argumentação do quesito nº 05, a SRMG tem como premissa básica a realização de projetos de engenharia utilizando métodos e tecnologias que promovam a operacionalização da edificação com vistas a economia de energia. Isso está sendo realizado principalmente nos projetos de implantação da nova Delegacia de Polícia Federal em Juiz de Fora e no projeto de Modernização da DRCOR em Belo Horizonte, que estuda métodos de aproveitamento de água de chuva para descargas e irrigação de plantas, torneiras automáticas, sistema de iluminação automatizado, aproveitamento de energia solar, plantas que necessitam de pouca água nos projetos de jardinagem, lâmpadas e luminárias tipo led ou com 32wats, entre outros aspectos.</p>					X



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none">Nos últimos exercícios houve diversas campanhas entre os servidores para conscientização na melhor utilização de água e energia. Isso está sendo realizado com etiquetas nas instalações sanitárias, comunicações oficiais (memorandos circulares) e reuniões com terceirizados envolvidos nas atividades de limpeza e conservação, artífices e vigilantes que, durante o expediente, fiscalizam a utilização dos recursos e promovem conscientização individual quando o caso requer. Ao final do dia, por determinação do SELOG, o vigilante percorre todos os corredores e salas e realiza a conferência de salas e corredores, apagando as luzes e desligando equipamentos, além de conferir torneiras e registros que estiverem ligados sem necessidade.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none">Sim. Foi implantado o projeto Carbono Neutro, com farta divulgação por meio de folders, cartazes e também ação de incentivo para os servidores participarem ativamente do projeto, quer seja: no plantio das mudas de árvores os servidores foram convidados a comparecer com os familiares e, no ato de plantio de uma muda, esta receberia uma placa com o nome do servidor ou de algum ente da família. <p>Foi implantada a Coleta Seletiva havendo posteriormente a divulgação da iniciativa em solenidade bimestral realizada na Superintendência, bem como a afixação de cartazes informativos, o envio de e-mails e também a inserção na página da intranet de banner da campanha.</p>					X



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>Considerações Gerais:</i> Exigência de certificação ISO-9001 como requisito de habilitação Não tem amparo legal a exigência de apresentação, pelo licitante, de certificado de qualidade ISO-9001 para fim de habilitação, uma vez que tal exigência não integra o rol de requisitos de capacitação técnica, previstos no art. 30 da Lei nº 8.666/93, aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002). Com base nesse entendimento, o Vice-Presidente, atuando em substituição ao relator no período de recesso, reconheceu a presença do requisito do fumus boni iuris para o deferimento de medida cautelar em representação formulada ao TCU. A representante sustentava a existência de possível irregularidade no Pregão Eletrônico nº 167/2009, a cargo do Banco Central do Brasil (BACEN), tendo por objeto a prestação de serviços de blindagem nível III-A em dois veículos <i>sedan Hyundai Azera 3.3 automático</i> , de propriedade daquela autarquia federal. Isso porque o item 4.3 do Anexo 2 do edital exigia a comprovação, sob pena de inabilitação, da certificação ISO-9001, o que, segundo a representante, afrontava o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, por não ser tal exigência indispensável à garantia do cumprimento das obrigações assumidas. Além disso, a aludida certificação asseguraria apenas que os procedimentos e a gestão de processos da licitante estariam baseados em indicadores e voltados à satisfação do cliente, não garantindo, em absoluto, o cumprimento ou a prestação do serviço objeto do certame. Considerando, no entanto, que o pregão já teria sido homologado em 26/11/2009 e o respectivo contrato assinado em 09/12/2009, estando, pois, em plena execução, e que qualquer paralisação dos serviços contratados poderia implicar indesejável risco de os carros oficiais de autoridades máximas do BACEN ficarem desprovidos da proteção desejada, o Vice-Presidente indeferiu o pedido de medida cautelar, por ausência do requisito do periculum in mora , sem prejuízo de determinar que o processo fosse submetido ao relator da matéria para prosseguimento do feito. Precedente citado: Acórdão nº 2.521/2008-Plenário. Decisão monocrática no TC-029.035/2009-8, proferida no período de recesso do Tribunal, pelo Vice-presidente, no exercício da Presidência, Ministro Benjamin Zymler, em substituição ao relator, Min. Walton Alencar Rodrigues, 20.01.2010.					
LEGENDA <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

FONTE: CPL, GAB/SR



14. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/MG no final dos exercícios 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

Quadro XXII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Minas Gerais	5	5
	Belo Horizonte	1	1
	Governador Valadares	1	1
	Juiz de Fora	1	1
	Uberaba	1	1
	Uberlândia	1	1
Subtotal Brasil		5	5
EXTERIOR	PAÍS	Σ	Σ
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		5	5

Fonte: GTED, GAB/SR



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela SR/DPF/MG no final dos exercícios de 2009 e 2010, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil.

Quadro XXIII – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Minas Gerais	3	3
	Divinópolis	1	1
	Montes Claros	1	1
	Varginha	1	1
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS	Σ	Σ
	-	-	-
	-	-	-
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: GTED, GAB/SR



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

O quadro a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SR/DPF/MG**, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/MG.

Quadro XXIV – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200350	-	-	-	-	-	-	-	-
200350	-	-	-	-	-	-	-	-
Total							Σ	-

Fonte: GTED, GAB/SR

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise crítica:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Inicialmente, cumpre ressaltar que não temos acesso ao SPIUNET, uma vez que o assunto está sendo tratado por nosso órgão central em Brasília/DF, tendo inclusive sido realizada reunião dia 27/01/2011 com a SPU. Por consequência, fomos informados que os registros de imóveis constantes no SPIUNET não foram realizados por nossa Superintendência, tendo sido provavelmente lançados pela DLOG/DPF, nosso órgão setorial de logística em Brasília/DF.

No que diz respeito aos saldos nas contas contábeis apresentados, temos a afirmar que estamos providenciando as alterações junto ao coordenador de contabilidade do Ministério da Justiça. Ademais, nos termos da informação do Contador EDUARDO, responsável pela conformidade de gestão desta Unidade, o valor encontrado de R\$ 5.637.878,20 referem-se a obras conclusas realizadas nas Delegacias Regionais desta SR nos anos de 2002/2003, e não deslocado de conta contábil porque é necessário o acesso ao SPIUNET para alteração no SIAFI.

Quanto aos controles internos de gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Departamento de Polícia Federal em Minas Gerais, temos a informar o seguinte:

a) O GTED – Grupo Técnico de Edificações é o setor responsável pela gestão de bens imóveis da unidade. O Grupo é composto atualmente por três engenheiros, todos servidores de carreira do Departamento de Polícia Federal;

b) São programadas visitas periódicas dos integrantes do Grupo em todos os imóveis da Polícia Federal no Estado de Minas Gerais, para que os mesmos constatem eventuais necessidades de reparos ou reformas. Mantemos em nossa página de intranet um portal com solicitações de manutenções prediais, cujo prazo máximo de atendimento é de 05 (cinco) dias, tendo atendido em 2010 a 716 (setecentos e dezesseis) ocorrências;

c) Não são adotadas rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis por não termos, por razões acima explicadas, acesso ao SPIUNET;

d) Não existe servidor habilitado/treinado para operar o SPIUNET, tendo a Diretoria de Logística, em Brasília/DF, iniciado tratativas para habilitação e treinamento no referido sistema.



15. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

As informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SR/DPF/MG, contemplam os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro XXV – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					08 Servidores 10 funcionários terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					52% (cinquenta e dois por cento)
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
<p>Considerações Gerais: O Núcleo de Tecnologia da Informação da Superintendência Regional do DPF em Minas Gerais é responsável pelo funcionamento dos recursos computacionais e sua manutenção no âmbito da sede da Superintendência Regional, da Delegacia de Regional de Combate ao Crime Organizado, que funciona em unidade anexa, Delegacia de Polícia de Imigração e Delegacia de Controle de Segurança Privada, que funcionam em unidade anexa no Shopping Anchieta Plaza, Posto de Emissão de Passaportes na Unidade de Atendimento Integrado (UAI) da Praça Sete de Setembro, Belo Horizonte e ainda, o Aeroporto Internacional de Confins, ponto de controle de migração, subordinado à Delegacia de Polícia de Imigração.</p> <p>Também é de responsabilidade deste setor o gerenciamento dos recursos de radiocomunicação e telefonia no estado de Minas Gerais e, quando estiver em operação, o monitoramento das redes fixas de Belo Horizonte/MG e Vitória/ES.</p> <p>No interior do estado, nas cidades de Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Varginha, há um técnico terceirizado que presta serviços na área de TI como um prolongamento deste setor. Nessas localidades todas as necessidades de TI são integralmente atendidas por tais profissionais.</p> <p>Cumprido a este setor elaborar o planejamento das necessidades da área de TI nos quesitos de equipamentos, instalações lógicas e elétricas e desenvolvimento de aplicativos que atendam às demandas da administração. Tal planejamento visa adequar as demandas existentes à normatização interna do DPF, bem como às especificidades da nossa regional, atuando subsidiariamente quando o planejamento macro, estabelecido pela DELOG/DPF (que se baseia em dados fornecidos pelas descentralizadas) não atende a nossas necessidades.</p> <p>As decisões sobre prioridades existentes na área são definidas pela chefia do setor em consonância com a área de logística e necessidades da Administração, sem, contudo, existir uma comissão local formalmente designada para tal.</p> <p>O número de funcionários terceirizados na área de TI é de 10 (dez) em todo o estado de Minas Gerais, sendo quatro na sede em Belo Horizonte e outros seis distribuídos nas unidades do interior, contando ainda, em Belo Horizonte, com 04 (quatro) Agentes de Telecomunicação de Eletricidade, 03 (três) Agentes de Polícia Federal e 01 (um) Agente Administrativo. Este grupo é responsável pela manutenção de, aproximadamente, trezentos e sessenta microcomputadores e cento e quinze impressoras no interior e quatrocentos e setenta microcomputadores, aproximadamente, e cento e treze impressoras na Superintendência Regional e anexos em Belo Horizonte.</p> <p>Este grupo, além das funções administrativas, de desenvolvimento e de gerência, tem uma média de 55,6 máquinas “<i>per capita</i>” sob sua responsabilidade. Número que dispensa outras considerações.</p> <p>Quanto a Segurança da Informação, a normatização é estabelecida pela</p>					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, órgão central que traça diretrizes quanto ao uso dos recursos computacionais no âmbito do DPF, cabendo a cada unidade sua implantação e cumprimento. Nesta SR/DPF/MG, além dos ditames elencados em tais normas, temos ferramentas adicionais, desenvolvidas localmente, que visam aumentar tais controles e minimizar custos, quer sejam de implantação de sistemas, quer sejam no monitoramento quanto ao adequado uso de tais recursos.

Esta unidade tem uma área de desenvolvimento que, atualmente, disponibiliza um Portal de Serviços que concentra praticamente todas as funcionalidades necessárias a uma gestão otimizada, conseguindo dar ao administrador uma visão ampla e centralizada dessas atividades.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.



16. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro XXVI – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$1,00

Código da UG: 200351		Limite de Utilização da UG: 2.750.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Fatura	Saque	
Alessandro Gonçalves da Silva	247.311.138-30	14.500,00	4.705,00	-	4.705,00
Amador José da Silveira Pizarro	229.044.416-20	16.000,00	3.761,42	-	3.761,42
Charles William da Silva	608.995.226-53	10.000,00	1.995,25	-	1.995,25
Daniel Souza Silva	002.926.526-66	17.000,00	3.507,42	3.240,00	6.747,42
David Antônio de Oliveira	684.332.126-72	8.000,00	2.982,68	-	2.982,68
Desirée Martins Perez Garcia	573.917.776-68	5.000,00	3.560,35	760,00	4.320,35
João Luiz Moreira de Oliveira	758.368.236-34	5.000,00	3.230,33	1.174,00	4.404,33
Joelber Mendes Gouvêa	901.735.626-04	21.000,00	7.027,65	3.462,00	10.489,65
José Bruno Tertuliano	481.530.796-20	6.000,00	2.325,00	-	2.325,00
José Maria Chaves Pereira	542.321.476-91	8.000,00	2.452,18	-	2.452,18
Juarez de Oliveira Pereira	275.476.556-53	7.000,00	49,90	-	49,90
Luis Carlos Marques Diniz	749.042.056-34	20.000,00	1.175,40	-	1.175,40
Maria Denis de Jesus Duarte	585.377.596-00	8.000,00	5.747,42	2.059,00	7.806,42
Maurício de Souza	043.499.936-90	5.000,00	-	809,00	809,00
Mauro Ângelo Amado da Silva	519.489.826-68	24.000,00	13.145,28	4.903,98	18.049,26
Mônica de Freitas Santos Guimarães	001.998.516-97	8.000,00	2.871,25	-	2.871,25
Samir Edson Mamud	488.841.206-59	4.000,00	3.999,97	-	3.999,97
William Guilherme de Andrade	569.100.026-87	8.000,00	1.128,87	1.595,00	2.723,87
Suprimentos sigilosos					
Vinicius Petrucelli Xavier	014.597.186-40	56.500,00	-	12.000,00	12.000,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Usuário geral	999.999.999-99	815.700,00	38.413,32	289.641,79	328.055,11
Total Utilizado pela UG:			102.078,69	319.644,77	421.723,46
Código da UG: 200350		Limite de Utilização da UG: -			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Fatura	Saque	
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG:-			-	-	-
Total Utilizado pela UJ:			102.078,69	319.644,77	421.723,46

Fonte: SIAFI

Quadro XXVII – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$1,00

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2009	328	269.064,81	246	191.042,08	460.106,89
2010	328	319.644,77	246	102.078,69	421.723,46

Fonte: SIAFI

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais mantém constante aperfeiçoamento dos procedimentos e controles operacionais e administrativos a fim de aplicar da melhor maneira possível os recursos orçamentários e financeiros sob sua responsabilidade, sempre buscando a economicidade e observando os Princípios que regem a Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

MARINHO SILVA REZENDE JÚNIOR
Delegado de Polícia Federal
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial
Matrícula 9.431

JERRY ANTUNES DE OLIVEIRA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
Matrícula 7.822



PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

18. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (U.I):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MG - SR/DPF/MG	200350 - 200351
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

ANEXO I

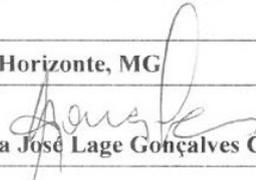
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais		200350, 200351	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados pela unidade que apresenta Relatório de Gestão estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belo Horizonte, MG	Data	05 de janeiro de 2011
Responsável	Marinho Silva Rezende Júnior	Matrícula nº	9.431



Marinho S. Rezende Júnior
Delegado de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/DPF/MG
1ª Classe - Matr. 9.431



ANEXO II

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (U.J):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais		200350, 200351	
<p>Em atendimento ao disposto na Lei nº 8.730, de 10/11/1993, e à decisão normativa TCU nº 94, de 03/12/2008, declaro que os servidores constantes no Rol de Responsáveis do departamento de Polícia Federal em Minas Gerais estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício de 2010, ano base 2009.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Belo Horizonte, MG	Data	05 de janeiro de 2011
Responsável	 Maria José Lage Gonçalves Carvalhais	Matricula nº	12.745